

## CAPÍTULO 4:

# HISTÓRIA E FILOSOFIA DA PRÁXIS: UMA HISTORIOGRAFIA NECESSÁRIA EM GRAMSCI.<sup>1</sup>

Wilson da Silva Santos<sup>2</sup>

A proposta de fazer um mapeamento gnosiológico ou, até mesmo, uma exegese do pensamento de Antonio Gramsci sobre a sua concepção de historiografia é um tanto audaciosa. O próprio autor escrutinado nesse pequeno ensaio, em seu caderno 11, já nos alerta de possíveis inexatidões, falsas aproximações e anacronismos em seus escritos (GRAMSCI, 1999). O que Gramsci chama de advertência, ao falar dessas inexatidões, é o cuidado que ele tem de construir referências para os seus apontamentos histórico-críticos e da história da cultura e, outrossim, a sua capacidade e honestidade intelectual e ética. Sabe-se que esse autor sardo viveu no limite físico e intelectual no cárcere do fascismo, o que o impossibilitou de ter acesso a materiais, - livros, fascículos, dados estatísticos, documentos de Estado etc. - mais vastos e ricos para o seu proposto de fazer o que ele chamou de um projeto “*für ewig*”. Mesmo assim, acredita-se que Gramsci deixa um legado inquestionável para diversas áreas: História, Filosofia, Literatura, Linguística, Educação. A solidez de seus escritos, que são complexos, mostra-nos a sua capacidade de desenvolver um diálogo que provoca uma reviravolta metodológica no campo das Ciências Humanas. Em se tratando da sua concepção historiográfica, a sua produção impactou não somente a academia, os centros universitários, como alcançou também outros espaços de formação, como os sindicatos, os movimentos populares, a escola, os camponeses, os jornais, os operários. O tão sonhado projeto “Conselhos de Fábrica”, que tinha como objetivo a formação dos trabalhadores, visava estabelecer estratégias de organização pedagógica para propor um desenvolvimento ético-político dos trabalhadores.

---

<sup>1</sup>DOI - 10.29388/978-65-81417-64-2-f.91-104

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI.

Devido ao curto espaço que esse ensaio comporta, sua maior parte se detém no caderno 11 já citado, o que não significa, entretanto, que se furte a revisitar outros cadernos denominados especiais e miscelâneos para trilhar nos escritos de Gramsci sobre a sua “teoria” da história, ou aprofundar na relevância de seu trabalho para fomentar uma discussão atinente à historiografia.

As discussões sobre história que Gramsci (1999, p. 304) trava nos Cadernos estão respaldadas no “[...] conceito de unidade entre teoria e prática, entre filosofia e política.” Nisso, atesta-se que o pensamento historiográfico em Gramsci funda-se na filosofia da práxis, ou seja, os elementos econômicos e práticos são a força motriz da dialética histórica. Mas não é somente isso: a necessidade de uma história ético-política nessa dialeticidade concreta solidifica esse complexo tear de elementos conceituais. Os fenômenos da história ético-política na filosofia da práxis nos impõem o desafio de pensar os “[...] conceitos de hegemonia, revalorização da frente filosófica, estudo sistemático da função dos intelectuais na vida estatal e histórica.” (GRAMSCI, 1999, p. 306). O que Gramsci nos quer apontar é que a filosofia da práxis reconhece a importância inefável da existência concreta e objetiva do momento ético-político da atividade da sociedade civil. É essa atividade que remonta a ações na construção da hegemonia, da direção política e da vida cultural, o que será melhor delineado ao longo deste ensaio.

O combate à história especulativa e ao economicismo fez com que Gramsci construísse a identidade da história e da luta de classes considerando a força da estrutura econômica como parte do conjunto das forças materiais de produção. Para a filosofia da práxis, a ideia sobre história ético-política “[...] pode ser assumida como um ‘cânone empírico’ de investigação histórica, que deve sempre ser levado em conta no exame e no aprofundamento do desenvolvimento histórico, se é que se quer fazer história integral e não história parcial e extrínseca (história das forças econômicas como tais, etc)” (GRAMSCI, 1999, p. 306).

Assim, a história dialeticamente necessária se constitui enquanto procedimento experimental, empírico; uma ciência que adota para si o desafio de perscrutar um conjunto das forças materiais de produção, que é o “[...] elemento menos variável no desenvolvimento histórico, [...] que pode dar lugar, portanto, a observações e critérios de caráter experimen-

tal e, conseqüentemente, à reconstrução de um robusto esqueleto do devir histórico.” (GRAMSCI, 1999, p. 161).

As forças materiais de produção são necessariamente verificadas em suas variáveis que se descortinam com mensurações, que expressam uma relação social de um período histórico; com isso, Gramsci (1999, p. 161) constrói uma ciência da história que é capaz de constatar o significado das forças materiais de produção “[...] com certa precisão o momento em que seu desenvolvimento, de quantidade, torna-se qualitativo.”. Discorrer assim é também conceber essas variáveis como uma “[...] cristalização de toda a história passada e a base da história presente e futura, é um documento e, ao mesmo tempo, uma força ativa atual de propulsão.” (GRAMSCI, 1999, 161). Portanto, história, economia e política não se separam; o passado é a base real e a potência do presente: eis o princípio sistêmico da filosofia da práxis.

Gramsci assevera a constituição de uma metodologia da história para tratar da política, da arte, da economia, da ética e das ciências naturais. Essa concepção se sustenta sobre um tripé – na filosofia clássica alemã, na economia clássica inglesa e na ciência política francesa – e elabora, partindo daí, uma síntese desses três movimentos, desenvolvendo uma identidade dialética materialista. Essa propositura histórica traduz o teor especulativo da filosofia alemã e a transforma em história real concreta e imanente.

Ao que me parece, é precisamente assim. E o momento sintético unitário, creio, deve ser identificado no novo conceito de imanência, que da sua forma especulativa, tal como era apresentada pela filosofia clássica alemã, foi traduzido em forma historicista graças à ajuda da política francesa e da economia clássica inglesa [...] Em um certo sentido, é possível dizer que a filosofia da práxis é igual a Hegel + David Ricardo. (GRAMSCI, 1999, p. 317)

Essa imanência histórica denota uma base epistêmica que reconstrói as três escolas de pensamento referidas. Em outras palavras, a filosofia da práxis se sustenta em sua lógica dialética histórica e gnosiológica; logo, se relaciona em unidade orgânica com os elementos materiais e intelectuais da realidade em suas contradições.

Esse problema “epistêmico”, apresentado por Gramsci e baseado no ensaio de Lenin, *Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo* (1979),<sup>3</sup> deve ser entendido da seguinte forma: “[...] a filosofia da práxis chegou, a partir da síntese destas três correntes vivas, à nova concepção de imanência, depurada de qualquer resquício de transcendência e de teologia.” (GRAMSCI, 1999, p. 318). Essa declaração tem uma ressonância que ressignifica a ciência sem as amarras do idealismo e do incognoscível metafísico, a saber: toda ciência está ligada às necessidades materiais e morais do homem, ou seja, como concepção de mundo, ela entende a indissociabilidade homem e realidade tal como é e nisso se pauta. Isso tudo nos leva a concluir que a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. Do mesmo modo, a filosofia da práxis tem a sua cognoscibilidade inseparável do sujeito, do pensamento, da língua, da natureza, distanciando-se das formas de religião, dos solipsismos e dos sentidos apriorísticos.

---

<sup>3</sup> “El marxismo es el sucesor natural de lo mejor que la humanidad creó em el siglo XIX: la filosofía alemana, la economía política inglesa y el socialismo francés. [...] Para Hegel – escribía Marx –, el proceso del pensamiento al que convierte incluso, bajo el nombre de idea, en sujeto con vida propia, es el demiurgo (el creador) de lo real... Para mi, por el contrario, lo ideal no es más que lo material traspuesto y traducido em la cabeza Del hombre” (El Capital, t. I. Palabras finales a la 2º ed.). [...] Es la doctrina del desarrollo en su forma más completa, más profunda y más exenta de unilateralidad, la doctrina de la relatividad del conocimiento humano, que nos da um reflejo de la matéria em constante desarrollo. [...] La economía política clásica anterior a Marx se había formado en Inglaterra, em el país capitalista más desarrollado. Adam Smith y David Ricardo pusieron comienzo em sus investigaciones del régimen económico a la teoría del valor, fruto del trabajo. Marx prosiguió la obra de ellos, argumentando con rigor y desarrollando consecuentemente esa teoría, con lo que mostro que el valor de toda mercancía lo determina la cantidad de tiempo de trabajo socialmente necesario para producirla. [...] El capital significa um mayor desarrollo de esta relación: la fuerza de trabajo del hombre se transforma em mercancía. El obrero asalariado vende su fuerza de trabajo al propietario de la tierra, de la fábrica o de las herramientas. Emplea una parte de la jornada en cubrir los gastos del sustento suyo y de su familia (salario); durante la otra parte de la jornada trabaja gratis, creando para el capitalista *la plusvalía*, fuente de las ganancias, fuente de la riqueza d la clase capitalista. La teoría de la plusvalía es la piedra angular de la doctrina económica de Marx. [...] (En política), las tempestuosas revoluciones que acompañaron en toda Europa y especialmente en Francia, a la caída del feudalismo, del régimen de la servidumbre, hacían ver con mayor evidencia cada día que la base de todo el desarrollo y su fuerza motriz era *la lucha de las clases*. Ni una sola victoria de la libertad política sobre la clase feudal fue alcanzada sin desesperada resistencia. Ni un solo país capitalista se formó sobre una base más o menos libre, más o menos democrática, sin uma lucha a muerte entre las diversas clases de la sociedad capitalista. El genio de Marx está en que supo deducir de ahí y aplicar consecuentemente antes que nadie una conclusión implícita en la historia universal. Esta conclusión es la doctrina de *la lucha de las clases*. (LENIN, 1979, p. 61–65).

Com essa base, Gramsci faz um embate contra a história hipotética e fetichista, uma história que anula as análises, que subordina a individualidade dos acontecimentos a hipóteses genéricas e arbitrárias. Por conseguinte, relacionado a isso, os documentos são instrumentos indispensáveis a qualquer objeto de estudo; um objeto que “[...] não pode ser resolvido por falta de documentos [...] é arbitrário: além de um certo limite histórico, pode-se fazer história hipotética, conjectural ou sociológica, não história ‘histórica?’” (GRAMSCI, 2002, p. 197).

No caderno 7, ao apresentar a questão dos emigrados ingleses na América do Norte, Gramsci tece uma crítica a Barbagallo<sup>4</sup> quanto aos documentos nos procedimentos de pesquisa histórica:

Os historiadores como Barbagallo incidem, parece-me, num erro filológico-crítico muito curioso: o de que a história antiga deva ser feita com base nos documentos da época, a partir dos quais se formulam hipóteses, etc., sem levar em conta que todo o desenvolvimento histórico subsequente é um ‘documento’ da história anterior, etc. Os emigrados ingleses na América do Norte levaram consigo a experiência técnico-econômica da Inglaterra. Como seria possível que se perdesse a experiência do capitalismo antigo se esse tivesse verdadeiro existido na medida em que Barbagallo deixa supor ou quer se suponha? (GRAMSCI, 2002, 207-208)

O passado não está assegurado em sua totalidade sobre o presente. Barbagallo “[...] perde o conceito de distinção e de concreticidade ‘individual’ de cada momento do desenvolvimento histórico.” (GRAMSCI, 1999, p. 92). Ao levantar essa polêmica, Gramsci não hesita:

Toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes trabalhos, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo, pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente, o que é ‘essencial’, sem resíduo de um ‘incognoscível’ que seria a verdadeira ‘essência’. O que se ‘perdeu’, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo

---

<sup>4</sup> Corrado Barbagallo (1877–1952) foi um especialista em História Antiga e fundador da Nuova Rivista Storica, fundada em 1917.

[...] casual e contingente, crônica e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise (GRAMSCI,1999, p. 240).

No próprio caderno 11, Gramsci faz um conjunto de anotações complementares quando menciona a importância dos documentos para a construção da história sob a ótica da filosofia da práxis. A sua preocupação é que a história não pode ir além da afirmação axiomática, pois a noção de história não se esgota inteiramente nos documentos históricos “infalíveis”. O devir histórico, em certa medida, ocupa uma posição embrionária, a partir da qual os elementos provisórios poderão ser retomados e desenvolvidos. O que ele quer dizer com isso? Ele nos alerta:

A história não pode ir além da certeza [...]. A conversão do “certo” no “verdadeiro” pode dar lugar a construções filosóficas (da chamada história eterna) que têm apenas pouco em comum com a história “efetiva”; mas a história deve ser “efetiva” e não romanceada: a sua certeza deve ser, antes de mais nada, certeza dos documentos históricos (**ainda que a história não se esgote inteiramente nos documentos históricos, cuja noção, de resto, é tão complexa e extensa que pode dar lugar a conceitos sempre novos [...]**). (GRAMSCI, 1999, p. 91, grifo nosso)

Com base nessas assertivas cuidadosas sobre o conceito e o uso dos documentos, urge destacar e delinear mais ainda a expressão filosofia da práxis, já que não é possível tecer o pensamento gramsciano sobre história sem passar do início ao fim, necessariamente, por essa medula dos postulados do marxista sardo.

No caderno 5, Gramsci apresenta a definição Filosofia da Práxis em uma discussão sobre o conceito de Estado em Maquiavel. Nessa nota, já se observam as premissas esparsas que formam, ao longo dos cadernos, o alicerce epistêmico sobre esse conceito.

Em sua elaboração, em sua crítica do presente, [Maquiavel] expressou conceitos gerais, que se apresentam sob forma aforística e assistemática, e expressou uma concepção do mundo original, que também poderia ser chamada de ‘filosofia da práxis’ [...], na medida

em que não reconhece elementos transcendentais ou imanentistas (em sentido metafísico), mas baseia-se inteiramente na ação concreta do homem que, por suas necessidades históricas, opera e transforma a realidade. (GRAMSCI, 2000, p. 218)

A polêmica sobre o termo, filosofia da práxis, que aparece nessa nota sugere que Gramsci o concebe como sinônimo de Materialismo Histórico, já que ele possivelmente o utiliza para fugir da censura do cárcere fascista. No entanto, a interpretação que Gramsci atribui ao conceito possui outras implicações históricas e filosóficas que se contrapõem ao materialismo vulgar e positivista. Sob essa ótica, a filosofia da práxis significa fundamentalmente que a matéria deve ser considerada “[...] como social e historicamente organizada pela produção e, desta forma, a ciência natural deve ser considerada essencialmente como uma categoria histórica, uma relação humana.” (GRAMSCI, 1999, p. 160).

A revisão do marxismo feita por Gramsci consiste na busca das categorias do método marxiano,<sup>5</sup> nos seus elementos fundamentais para pensar a totalidade de uma sociedade em seus diversos períodos históricos. Essa revisão não descarta Marx e Engels; ao contrário, ela se mostra necessária ao combater elementos estranhos ao marxismo: o chamado materialismo filosófico vulgar. A distinção que se faz entre o materialismo histórico e o materialismo vulgar positivista é que, “[...] como filosofia, o materialismo histórico afirma teoricamente que toda ‘verdade’ tida como eterna e absoluta tem origens práticas e representou ou representa um valor provisório.” (GRAMSCI, 2002, p. 362). Ora, pensar uma afirmação filosófica como sendo verdadeira em períodos históricos distintos, como pensamento inseparável de uma “[...] determinada ação histórica, de uma determinada práxis, mas superada e ‘esvaziada’ em um período

---

<sup>5</sup> Marx, no prefácio da 2ª edição de *O Capital*, esclarece que o método dialético “[...] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia - é criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 2017, p. 28).

posterior, sem, porém, cair no ceticismo e no relativismo moral e ideológico, ou seja, conceber a filosofia como historicidade, é operação mental um pouco árdua e difícil.” (GRAMSCI, 1999, p. 120).

Se, para o materialismo vulgar positivista, a matéria é apresentada como um ser invariável, um fato dado, a filosofia da práxis distingue a matéria como dinâmica social e historicamente organizada para a produção, como relação entre sujeitos.

Esse ponto traz um significado ontológico e histórico crucial para o pensamento gramsciano. É indubitável e sabido que a filosofia da práxis é uma interpretação do materialismo histórico. Sendo assim, o que ela representa a partir de suas premissas históricas, políticas, filosóficas e econômicas? Se levar em consideração que a matéria só se dá nas relações sociais historicamente construídas, surgirão, enquanto elementos de análise, conceitos como ideologia, cultura, ética, entre outros, que formam as superestruturas. Como princípio dialético, a superestrutura não figura como ethos determinado mecanicamente por um conjunto de elementos da estrutura. Superestrutura e estrutura se constituem dialeticamente, em sua distinção e identificação, numa relação. Gramsci, no caderno 10, nas notas sobre a filosofia de Benedetto Croce, não deixa dúvida quanto a esse entendimento:

O mais importante problema a ser discutido [...] é o seguinte: se a filosofia da práxis exclua a história ético-política, isto é, não reconheça a realidade de um momento de hegemonia, não dê importância à direção cultural e moral e se julgue realmente os fatos da superestrutura como “aparência”. Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à valorização do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas. [...] A filosofia da práxis, portanto, criticará como indevida e arbitraria a redução da história à simples história ético-política, mas não excluirá essa última. (GRAMSCI, 1999, p. 295)

A filosofia da práxis propõe uma historiografia que se transmuta em uma ciência do homem, uma “antropologia”. Com esse posicio-



namento, Gramsci põe o problema do economicismo dos métodos de pesquisa historiográfica, supondo-se que o economicismo não pode ser confundido com a filosofia da práxis. Nisso, “[...] pode-se dizer que o fator econômico [...] é tão somente um dos muitos modos sob os quais se apresenta o processo histórico mais profundo (fator raça, religião, etc.), mas é este processo mais profundo que a filosofia da práxis quer explicar, e justamente por isto é uma filosofia, uma ‘antropologia?’” (GRAMSCI, 1999, p. 266-267).

Decerto, homem e pensamento, matéria e realidade são atividades históricas; não são dados receptivos especulativos, ou uma criatividade do pensamento, num sentido idealista da filosofia alemã; ou até mesmo um ato puro, um mundo exterior absolutamente imutável, extraído abstratamente; mas, como destacado nesse ensaio, compõem uma relação dialética quanto à produção concreta da história. A filosofia da práxis evitou “[...] qualquer tendência para o solipsismo, historicizando o pensamento na medida em que o assume como concepção de mundo. [...] No sentido em que ensina como não existe uma ‘realidade’ em si mesma, em si e para si, mas em relação histórica com os homens que a modificam, etc.” (GRAMSCI, 1999, p. 202-203).

Como foi dito, a historicidade da filosofia da práxis está, em suas condições gerais, na unidade dos elementos constitutivos do marxismo. Esta unidade se dá pelo desenvolvimento das contradições entre o indivíduo e as forças materiais de produção. Quando se trata de economia, aponta o seu núcleo, que é o valor. Sem considerar o conceito de valor, o materialismo histórico se torna um mesquinho materialismo vulgar, sem sentido histórico concreto. A maquinaria, o capital constante, passa a ser a produtora de valor, transformando o sujeito em fantoche à mercê do funcionamento desse capital constante. Gramsci nos adverte para isso e explicita que “[...] na filosofia, é a práxis, isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica. Na política, é a relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, intervenção do Estado [...] para educar o educador, o ambiente social em geral.” (GRAMSCI, 1999, p. 236-237). Essa é uma leitura que Gramsci faz em Marx, demonstrando que o sujeito é o conjunto de diversos fatores das relações sociais. O sujeito é um vir a ser. A sua essência “[...] não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 612).

Ademais, o aprofundamento da unidade entre teoria e prática da filosofia da práxis não é

[...] um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p. 104)

O que se pode perceber é que o desenrolar da análise sobre o materialismo histórico em Gramsci - diga-se filosofia da práxis - perpassa necessariamente pela compreensão da formação da estrutura e da superestrutura da sociedade, que ele define como unidade na diversidade entre essas duas instâncias: o bloco histórico. Daí, infere-se, em Gramsci, uma assertiva marxiana sobre a realidade concreta do sujeito histórico, que se encontra em *Contribuição à crítica da economia política*:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação e da representação. (MARX, 2003, p. 248)

E mais, nessa mesma obra, Marx desfecha que a “[...] organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter.” (MARX, 2003, p. 06). Em suma, a realidade é aquilo que se pode chamar de produção social, de totalidade e de história. Como vetor do materialismo histórico, Gramsci é contundente ao rechaçar a ideia segundo a qual as flutuações ideológicas e políticas são reflexos imediatos da infraestrutura. Esse posicionamento teórico não

passa de uma quimera. Gramsci retoma Marx para desfazer esse “infantilismo primitivo” que acredita em um determinismo econômico. Nesse aspecto, o autor sardo aponta outras referências marxianas que combatem esse equívoco analítico. Ele destaca obras como *18 Brumário* (1997), *Sobre a questão judaica* (2010), *A guerra civil na França* (1986), dentre outras.

Uma análise destas obras permite fixar melhor a metodologia histórica marxista, complementando, iluminando e interpretando as afirmações teóricas esparsas em todas as obras. Poder-se-á observar quantas cautelas reais Marx introduz nas obras. Poder-se-á observar quantas cautelas que não poderiam encontrar lugar nas obras gerais. (GRAMSCI, 1999, p. 238)

As cautelas de Marx mencionadas por Gramsci são três. Primeiramente, de forma sucinta, estabelecer “[...] em cada caso, estaticamente [...], a estrutura; de fato, a política é, em cada caso concreto, o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirmam que devam necessariamente se realizar.” (GRAMSCI, 1999, p. 238). Nenhuma análise se esgota por si só durante o processo de desenvolvimento do fenômeno em estudo; somente por hipóteses é que se pode aproximar desse fenômeno. A segunda cautela está relacionada com a primeira: uma conjuntura política provocada por um grupo de sujeitos parlamentares da classe dominante não corresponde necessariamente a um fator determinado imediatamente pela estrutura. Pode ser considerada uma situação que não possui entrelaçamento com outros momentos de conjuntura. Terceira preocupação: “[...] não se leva suficientemente em conta que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter a um partido, a um grupo, isto é, ligados à necessidade de coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade.” (GRAMSCI, 1999, p. 239).

Com esses apontamentos, o pensamento historiográfico em Gramsci não fica deslocado da análise das situações provocadas pelas relações de força, sobretudo no caderno 13, quando faz breves notas sobre a política de Maquiavel, do Estado e da política. Os seus enunciados sobre as relações de força estão circunscritas na estrutura e na superestrutura situadas em determinados períodos históricos. Gramsci se vale dos dois princípios clássicos marxianos que se encontram no prefácio *Contribuição*

à *Crítica da Economia Política*, já explicitado neste artigo.<sup>6</sup> Além desses princípios, desdobra outro fator no esboço metodológico para esmiuçar essas relações de força. Na pesquisa sobre o Estado, “[...] devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam ocasionais, imediatos, quase acidentais).” (GRAMSCI, 2000, p. 36). O fato é que os momentos de conjuntura não ficam estanques nas dinâmicas orgânicas, embora eles tenham uma repercussão de “curta duração”, cotidiana, de pequena política. Os acontecimentos orgânicos são mais capilarizados, sedimentados; sua economia política se traduz em sua “macro-dimensão” que define um período histórico de “longa duração”.

Para Gramsci, essa distinção tem um valor inestimável; no entanto, esse movimento dialético entre o orgânico e o conjuntural na pesquisa historiográfica e, especialmente, na ciência política, pode incorrer em graves equívocos “[...] quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura.” (GRAMSCI, 2000, p. 38). Os estudos sobre essa volatilidade entre os movimentos orgânicos e conjunturais dentro da estrutura e da superestrutura permitem entender melhor as imbricações políticas, ideológicas, culturais e econômicas, ou seja, podem-se distinguir as forças sociais que formam a estrutura; as forças políticas na superestrutura (no aparato político-jurídico, na legislação, no executivo, nos meios de comunicação, no sistema de ensino, nos partidos, nos sindicatos); as ações das forças militares tanto na sociedade civil quanto na sociedade política etc. É precisamente a investigação desse complexo societal que verifica o quanto a mediação dialética do postulado metodológico da filosofia da práxis pode ser decisiva na reconstrução da política-histórica.

Nessas poucas e rápidas linhas, conclui-se que essas considerações metodológicas encerram um conjunto complexo de análise, que envolve o princípio dialético entre a estrutura (infraestrutura) e a superestrutura. O materialismo mecanicista e economicista insiste em fomentar uma explicação primária, reducionista e imediata dos fatos concretos, a ponto de não apresentar a razão da existência das condições objetivas e subjetivas das relações sociais de produção. A historiografia gramsciana não perde a capacidade de identificar as reciprocidades do processo dialético entre es-

---

<sup>6</sup> MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

trutura e superestrutura como concepção imanentista da realidade, valor concreto da história e identidade dos contrários no ato histórico. A filosofia da práxis é a concepção historicista da realidade “[...] que se libertou de todo o resíduo de transcendência e de teologia até mesmo em sua última encarnação especulativa.” (GRAMSCI, 1999, p. 297–298).

## REFERÊNCIAS.

GRAMSCI, A. **Caderno do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 1. v. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Caderno do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. v. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Caderno do cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. 6. v. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LENIN, V. I. **Obras escogidas**. Tomo 1. Espanha: Editorial Progreso, 1979.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro 1. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.